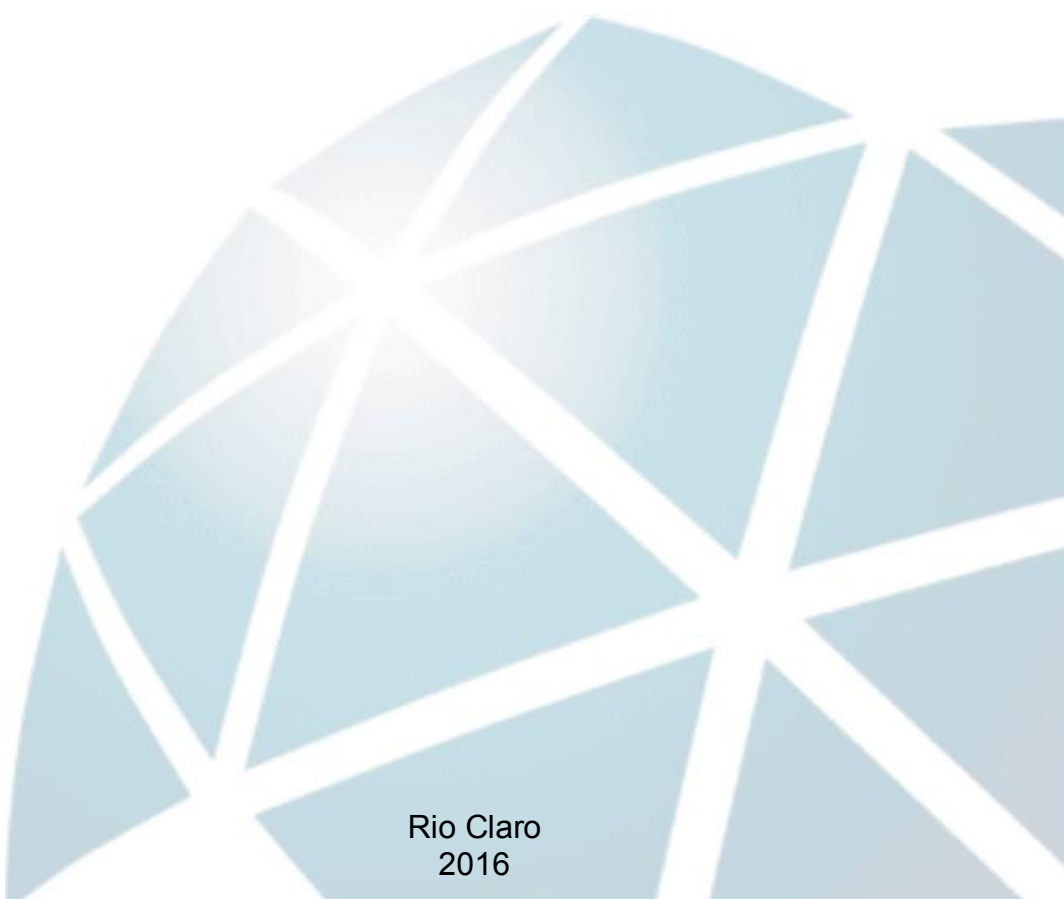

EDUCAÇÃO FÍSICA

YASMIN EMANUELLE FERNANDES

**PRECONCEITO E DIFERENÇA DE GÊNERO NO
ÂMBITO ESPORTIVO**



Rio Claro
2016

YASMIN EMANUELLE FERNANDES

PRECONCEITO E DIFERENÇA DE GÊNERO NO ÂMBITO
ESPORTIVO

Orientador: Afonso Antonio Machado

Co-orientador: Guilherme Bagni

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de
Bacharela em Educação Física.

Rio Claro

2016

796.01 Fernandes, Yasmin Emanuelle
F363p Preconceito e diferença de gênero no âmbito esportivo /
Yasmin Emanuelle Fernandes. - Rio Claro, 2016
40 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (Educação física) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
Rio Claro

Orientador: Afonso Antonio Machado
Coorientador: Guilherme Bagni

1. Esportes - aspectos psicológicos. 2. Esporte. 3. Estados
emocionais. I. Título.

Dedico esse trabalho aos meus pais, Magali Zumpano e João Fernandes Junior.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente à Deus, que me acompanha todos os dias, me concede força e sabedoria para tomar as melhores decisões.

Aos meus pais, Magali Zumpano e João Fernandes Junior, por não medirem esforços para realizar meus sonhos e objetivos. Por se esforçarem tanto para oferecer uma boa educação e assim, a tão sonhada vaga na faculdade pública. Por apoiarem, sem questionar, a escolha por cursar Educação Física e principalmente, por estarem ao meu lado sempre e para tudo.

Ao meu professor e orientador, Afonso Antonio Machado, por todo conhecimento passado, tanto nas disciplinas do curso, quanto no trabalho de conclusão de curso e pelo apoio e oportunidade em poder realiza-lo.

Ao meu co-orientador, Guilherme Bagni, por toda a ajuda na realização do trabalho. Por ser sempre tão atencioso, paciente e solícito.

Ao meu namorado e melhor amigo, Kauan G. Morão, pela ajuda durante toda a graduação, por sempre estar presente e por não deixar faltar amor e carinho nas horas difíceis.

Aos meus amigos da turma 3, que se tornaram irmãos de coração, pelo apoio, ajuda, compreensão, risadas, pelos momentos de distração e por todas as histórias vividas ao longo desses quatro anos de faculdade. Em especial, para minhas amigas Daniela Ambrósio, Giovanna Barcellos e Marcelle Andreolli, que compactuam do mesmo sonho e amor pela profissão, das mesmas ideias, pensamentos e do jeitinho de viver e curtir a vida.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos os professores da Unesp Rio Claro, por proporcionarem conhecimento, não apenas sobre matérias do curso, mas sobre caráter, educação e formação pessoal.

“Nada é tão nosso quanto nossos sonhos.”

(Friedrich Nietzsche)

PRECONCEITO E DIFERENÇA DE GÊNERO NO ÂMBITO ESPORTIVO

RESUMO

Nos dias atuais, o preconceito ainda é um assunto muito discutido, já que é encontrado com frequência na sociedade em que vivemos. No esporte, também se faz presente, manifestando-se de diversas maneiras, sendo a diferença de gêneros uma das mais relevante a ser citada, uma vez que o âmbito esportivo é marcado por grandes distinções entre modalidades, que devem ser predominantemente praticadas por homens ou mulheres. O objetivo do trabalho foi verificar aspectos relevantes a respeito do preconceito sobre a diferença de gênero no âmbito esportivo, em relação aos atletas que participam de modalidades predominantemente praticadas pelo outro gênero. Como procedimento metodológico foi adotada a pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica, utilizando artigos publicados em periódico online, revistas, reportagens em portais eletrônicos, livros, jornais e filmes. A partir disso, concluímos que o preconceito erroneamente criado pela sociedade em que estamos inseridos, somado aos traços culturais, faz com que tenhamos tendência a cometer esses equívocos e julgarmos aquilo que foge do tradicional, classificando as diversas modalidades e quem deve praticá-las.

Palavras-chave: Preconceito; Gênero; Esporte; Estados Emocionais; Psicologia do Esporte.

PREJUDICE AND GENDER DIFFERENCES IN SPORTS

ABSTRACT:

Nowadays, prejudice is still a topic very discussed, since it can be frequently founded in society. In sports, it can be seen in different ways, as being gender difference one of the most relevant, because sports are marked by major distinctions among sports, which should be mostly practiced by men or women. This study aims was to verify relevant aspects among prejudice about gender differences in sport, with athletes who participate in sports predominantly practiced by the other gender. As methodological procedure was adopted the qualitative research, documental and bibliographic, using papers published in online journal, news in electronic portals, magazines, books, newspapers and movies. Therefore, we conclude that the prejudice mistakenly created by the society we live in, added to social features, makes us judge and misunderstand untraditional circumstances, by naming the sports modalities and who is able to practice them.

Key Words: Prejudice; Gender; Sport; Emotional States; Sports Psychology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. JUSTIFICATIVA	9
3. OBJETIVO.....	10
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	11
5. DEFINIÇÃO E TIPOS DE PRECONCEITO.....	12
6. DEFINIÇÃO DE GÊNERO.....	16
7. PRECONCEITOS NO ESPORTE.....	19
8. DIFERENÇA DE GÊNERO NO ESPORTE	22
8.1 Mulheres e o preconceito no esporte.....	23
8.2 Homens e o preconceito no esporte.....	26
9. DIFERENÇA DE GÊNERO NO ÂMBITO ESCOLAR.....	31
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
11. REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais distantes na história da humanidade, já se podia notar atitudes discriminatórias referentes às diferenças que existiam, como classes sociais, diversas culturas, raças e religiões. Ao decorrer do tempo, as minorias fortaleceram a luta e busca por seus direitos. Foi debatido a necessidade da igualdade para todos e discutido formas para que houvesse a inclusão social. Porém, a sociedade ainda continua com pensamentos retrógrados e com interesses divergentes, fazendo com que exista a dominação dos mais fracos por aqueles que são considerados mais fortes, tornando-se uma sociedade hierárquica (CROCHÍK, 2006).

Por mais antigo que seja, esse tema ainda é atual e muito discutido, visto que as discriminações continuam ocorrendo com frequência na sociedade em que vivemos. Alguns estudos mostram que o preconceito de forma explícita tem diminuído nos últimos tempos (MCCONAHAY, HARDEE, BATTIS, 1981; PETTIGREW; MEERTENS, 1995; SEARS, HENRY, 2003). Porém, essa redução está presente em apenas alguns grupos protegidos por normas estabelecidas como anti-preconceito. Os outros grupos, por exemplo os homossexuais, ainda são desprotegidos por essas normas e continuam sofrendo com atitudes aversivas e de exclusão de forma abundante.

A discriminação contra os pobres e negros, a não aceitação ou a dificuldade na ação com alunos deficientes nas escolas, às agressões verbais, morais, psicológicas e físicas contra os homossexuais, a desvalorização e violência contra as mulheres, a perseguição e a intolerância religiosa são alguns dos exemplos que facilmente encontramos nos dias de hoje.

2. JUSTIFICATIVA

A justificativa para a realização deste trabalho se dá em virtude ao fato do preconceito e as diferenças de gênero ainda estarem presentes em ações nos dias atuais, além de ser um assunto polêmico e discutido, fazendo com que ele se torne um assunto de grande relevância.

Ainda na justificativa da pesquisa, a escolha de estudar o tema citado anteriormente no âmbito esportivo foi também pela prática de um esporte considerado pela sociedade exclusivamente feminino, o Cheerleading ou animação de torcida. A modalidade foi inicialmente criada por homens, porém hoje se tem a visão de que apenas mulheres podem praticar. É um aspecto deturpado levando em consideração que há bastante adeptos do sexo masculino, visto que exige muita força muscular, coordenação, explosão, dentre outros. Porém, são impostos julgamentos em relação a sexualidade desses atletas masculinos decorrente da prática desse esporte.

A partir da convivência e de relatos de parceiros de equipe quanto aos preconceitos sofridos resultante do esporte praticado por eles, surgiu o interesse em aprofundar os conhecimentos acerca do tema, além de verificar modalidades que experimentam atitudes e visões semelhantes.

3. OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo verificar aspectos relevantes a respeito do preconceito sobre a diferença de gênero, tanto com homens quanto mulheres, no âmbito esportivo, especificamente em relação aos que participam de modalidades predominantemente praticadas pelo outro gênero.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa atenderá ao formato de uma pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica, que baseia-se na pesquisa da literatura científica para levantar e analisar o que já foi produzido sobre determinado tema. (THOMAS; NELSON, 2002)

Como material, utilizaremos elementos da biblioteca local, além de buscar por fatores relevantes para a temática a ser abordada em artigos publicados em periódicos online, revistas, reportagens em portais eletrônicos, livros, jornais e filmes, sem a necessidade de pesquisa em campo.

Os dados coletados através do levantamento de publicações voltadas ao preconceito de gênero no esporte foram produzidos principalmente na década de 90 até os dias atuais, tendo como minoria alguns materiais antigos. Para seleção dos trabalhos, utilizou-se da leitura dos resumos dos trabalhos, bem como o sumário para identificação das principais divisões existentes.

As seguintes vertentes foram destacadas nas referências consultadas: significado de preconceito e os tipos de preconceitos existentes na sociedade atual; questões históricas referentes ao preconceito no esporte; exemplos de preconceitos de gênero existentes no âmbito esportivo; significado de gênero e a diferença de gênero no âmbito escolar. Com isso, os conteúdos temáticos abordados serão categorizados em: “preconceito”, “gênero” e “esporte”.

5. DEFINIÇÃO E TIPOS DE PRECONCEITO.

Para entender e analisar os tipos de preconceito existentes na sociedade, é necessário compreender seu significado. Jahoda e Ackerman (1969) definem preconceito, em seu sentido etimológico, o termo que se aplica às generalizações que são fundamentadas em uma experiência incompleta. Refere-se a um conceito formado antes de constatar realmente os fatos. Ou seja, é generalizar algo a partir de experiências inconclusas que faz com que não seja necessário reconsiderar as situações. Com a ausência da necessidade de refletir sobre situações pré-julgadas e a repetição da ação perante à novas situações, acaba direcionando-se para uma automatização, perdendo a oportunidade de ter um contato com o novo e de se alterar frente a essa experiência.

Picazio (1999, p. 99) contextualiza preconceito dizendo que “o preconceito é um pré-julgamento, um sentimento ou resposta antecipado a coisas ou pessoas, portanto não se baseia em experiências reais”.

Já para o autor Allport (1954, p. 7), que propiciou conceitos importantes, define preconceito como: “uma atitude aversiva ou hostil relativamente a uma pessoa que pertence a um grupo, pelo simples fato de ela pertencer a esse grupo, presumindo-se, portanto, que ela possui as características censuráveis atribuídas ao grupo”. Ou seja, discriminação de uma pessoa ou de um grupo como um todo simplesmente por aquele grupo ser diferente do que as pessoas julgam ser o normal ou ainda, entende-se preconceito como uma tentativa de inferiorizar e marginalizar um grupo específico por possuir características imutáveis. O autor ainda define como um sentimento de antipatia que surge através de um julgamento errado e inflexível, sendo expresso de forma aberta ou apenas sentida e que é encaminhada a um indivíduo pertencente a um grupo ou ao grupo como um todo.

Para Rothbart e Taylor (1992), as pessoas socialmente constroem e remetem variados fundamentos aos grupos naturais e sociais, tornando-os como algo biológico e padrão, além de considerarem como uma crença imutável. Com isso, tudo o que é diferente ou foge dos padrões estabelecidos, é considerado errado ou dissemelhante. Já Barbanti (1994) considera preconceito como ações que propendem o indivíduo a pensar, agir, captar, supor e exercer atitudes ou sentimentos desfavoráveis sobre uma pessoa ou determinado objetivo.

Vale destacar que preconceito e discriminação não são palavras de sentido parecido, visto que a última significa distinguir, excluir, tratar de forma desigual (FERREIRA, 1999). Segundo Guimarães (2004), é possível entender discriminação quando utiliza-se uma característica “descartável” de uma pessoa afim de excluí-la de suas oportunidades e direitos. A palavra “descartável” foi utilizada para explicar uma característica irrelevante que não se relaciona com as habilidades, atitudes e motivação do indivíduo que sofre discriminação, como por exemplo, a cor da sua pele.

Como citado anteriormente, há diversos tipos de preconceito. Faggionato, Guelfi e Molina (2007) traz o preconceito social, racial, sexual e de gênero como os mais frequentes. Complementando a ideia desses autores, Borges e Predes (2002) trazem o científico, político, grupal, nacional e religioso.

Preconceito racial ou racismo consiste na certeza sobre a existência de raças superiores, a partir de características físicas e também no comportamento do homem. Para Lima e Vala (2004) trata-se de uma exclusão e discriminação contra uma pessoa ou um grupo que é considerado diferente a partir de um aspecto físico externo, como por exemplo a cor da pele. É uma ação pejorativa a um grupo social ou étnico.

Allport (1954, p. 9) define preconceito étnico como: "uma antipatia apoiada em uma generalização falha e inflexível. Ele pode ser sentido ou expressado. Pode ser direcionado para um grupo como um todo ou para um indivíduo porque ele é um membro desse grupo". Porém, há diversos novos conceitos acerca do preconceito racial como o racismo moderno (MCCONAHAY 1983; 1986), o racismo aversivo (GAERTNER; DOVIDIO, 1986; 2000) ou o racismo sutil (MEERTENS; PETTIGREW, 1999; PETTIGREW; MEERTENS, 1995). Em síntese, essas teorias dividem-se basicamente em dois pontos: o preconceito mais tradicional, que é manifestado a partir de atitudes ofensivas e de desprezo; e um preconceito contemporâneo, que é explícito de forma mais tênue.

O preconceito social ou elitismo é a convicção de que a elite e seus membros são superiores aos outros. De acordo com Chauí (2011, p. 150): “a sociedade não é uma comunidade una e indivisa, voltada para o bem comum obtido por consenso, mas, ao contrário, que está internamente dividida em classes”. Ou seja, vivemos em uma sociedade que é fragmentando em classes, onde é de extrema importância a conservação da igualdade perante à desigualdade. Souza (2009) declara que há

violência simbólica para com as classes menos favorecidas e acredita que há uma competição social imposta pelos ricos afim de estabelecer seus privilégios. São pessoas que abominam aqueles com condições inferiores, que não possuem o necessário para sobreviver, pouco dotados de dinheiro ou meios. Porém, em menor escala, também pode ocorrer o preconceito social de forma contrária, onde as pessoas consideram aqueles que possuem maior quantidade de bens como corruptos, exploradores, desonesto, trapaceiro, dentre outros.

O preconceito sexual ou homofobia, termo utilizado na literatura por Smith (1971) é a aversão de cunho psicológico por pessoas que se interessam por outras do mesmo sexo. Porém, Weinberg (1972, p. 4) popularizou o termo como: “o pânico de partilhar um mesmo espaço com homossexuais – e no caso dos próprios homossexuais, a auto-aversão”. Além disso, a homofobia remete a intolerância contra os homossexuais de forma individual, bem como o sexismo.

Lehne (1976) criou uma relação entre homofobia e o masculino-feminino, sendo denominado de homossexismo. Esse termo significa uma atitude em relação à transgressão das imagens sexuais tradicionais, visto que as mulheres homossexuais são consideradas mais masculinas do que as heterossexuais e os gays considerados mais femininos em relação aos outros.

Hudson e Rickets (1980) propõem que a homofobia é apenas uma atitude negativa dentre um conjunto de outras ações pejorativas diante os homossexuais. Conjuntamente ao termo homofobia, surge também o conceito de heterossexismo, que é definido, segundo Morin (1977) como ideais que superestimam a heterossexualidade como mais natural, correta e superior aos homossexuais. Com o fato da heterossexualidade ser considerada o padrão a ser seguido, há o preconceito e discriminação daqueles que escolhem outra opção. Com isso, muitos homossexuais e bissexuais escondem sua opção por medo de serem discriminados pelos outros.

Outro preconceito presente atualmente é o machismo, onde há a desigualdade de gênero em relação aos seus direitos na sociedade. Machismo seria classificado como qualidade, ação ou modos de macho e, no seu uso informal, representaria exagerado senso de orgulho masculino. Além disso, seria um comportamento que tende a negar à mulher a extensão de prerrogativas ou direitos do homem (DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS 3, 2009). Envolve a teoria de

que um sexo naturalmente é superior ao outro. Frequentemente, de que os homens são superiores às mulheres, colocando-as em desvantagem.

6. DEFINIÇÃO DE GÊNERO.

Para Hanna (1999), gênero é uma informação tanto sobre mulher, quando sobre homem, sendo que esses dois não se desassociam. Já na opinião de Bee (1996) o conceito de gênero é a ideia de que alguém é menino ou menina e que o gênero é constante ao longo do tempo. A autora ainda afirma que o papel sexual do homem ou da mulher é formado a partir de atitudes, comportamentos, direitos, deveres e que sua condição como homem ou mulher é dado pelas qualidades e características. Segundo Connell (1990), o gênero deve ser entendido como uma construção histórica do poder entre homens e mulheres.

Connell (2002) afirma que o conceito de gênero modifica ao decorrer do tempo e de cada cultura, porém, se refere às relações sociais em que determinados grupos atuam. Nessa mesma linha de pensamento, o autor Scott (1995, p. 86) traz como definição de gênero o: “[...] elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas culturalmente entre os sexos”. Ou seja, gênero expressa comportamento e características relacionadas a identidade subjetiva de mulheres e homens. Portanto, trata-se de uma “[...] categoria social imposta sobre corpos sexuados” (SCOTT, 1995, p. 75), de forma que esse processo adquire significados culturais.

Como definição de gênero, Benevento e Santana (2013) traz que são relações sociais de poder entre mulheres e homens, trazendo como resultado a formação do papel de homem e mulher a partir de suas diferenças. Já para Suárez (2000), é o gênero que determina os valores do corpo. Stewart e McDermott (2004) explicam que gênero é uma variável que facilita a compreensão de determinados comportamentos.

Quando o comportamento de um indivíduo se estabelece junto a um estereótipo, é determinado o seu típico sexo. Para Deaux, LaFrance e Gender (1998), o que determina o sexo biológico é o estado social do indivíduo, já o gênero é um fator social relacionado ao sexo. Os conceitos associados ao gênero são a masculinidade e feminilidade, que são independentes do sexo. Esses conceitos são adquiridos no momento em que o indivíduo distingue a dessemelhança anatômica dos sexos, a partir do reconhecimento das genitais.

Nicholson (2000) rejeita a ideia de que essas diferenças entre os sexos e a construção do gênero seja baseada em diferenças biológicas. Ele defende a ideia de

que as diferenças sexuais só são estabelecidas através de processos de significação a partir da linguagem. Assim, na visão de autor, o sexo e o gênero devem ser assumidos como condições culturais. Complementando a ideia, Louro (1996) diz que gênero não significa o mesmo que sexo, pois o sexo está relacionado à identidade biológica do indivíduo, enquanto o gênero refere-se a construção social, identificada como masculino ou feminino.

O gênero começa a ser estabelecido desde que se anuncia se um bebê é menino ou menina e, então, começa a ser criado um modelo que molda o gênero e a maneira com que aquele bebê viverá, como a escolha das cores e roupas em que a criança poderá usar, os brinquedos que poderá brincar, dentre outros exemplos. Com isso, Butler (2003) segue a mesma linha de raciocínio de Nicholson (2000), pois acredita que o gênero é concebido de uma encenação, a partir de normas sociais já existentes. Então, o autor acredita que gênero não se baseia em nenhuma essência biológica, mas sim por ideias que produzem a ilusão da mesma.

Reinaudo e Bacellar (2008) também excluem o fator biológico, pois acreditam que gênero é a identidade que o indivíduo acredita ter, seja homem ou mulher, tendo isso como uma convicção, sendo assim, é levado em consideração sua natureza de identidade e não sua natureza física.

O autor Strey (2002) diz que sexo é diferente de gênero, visto que as diferenças de gênero são construídas, já as diferenças sexuais são físicas. Ainda, traz que gênero é o modo com que a sociedade enxerga o indivíduo e sua transformação em homem e mulher de acordo com a percepção que cada cultura possui.

Uma outra definição de gênero segundo Scott (1995, p. 86), é a de: “forma primária de dar significado às relações de poder”, onde o autor relata as relações de poder e a forma com que elas se associam. Além disso, traz que o gênero é uma construção política que envolve lutas e disputas ao redor de seus significados e sentidos.

Em relação as representações hegemônicas de gênero, Connel (1997) relata que só há a masculinidade em contraposição da feminilidade, reforçando ainda mais as relações desiguais de poder. Essa desigualdade de gênero está relacionada a outras desigualdades, como por exemplo, as representações hegemônicas de sexualidade, onde há a concepção de que os heterossexuais são os mais corretos e normais.

Isso se deve devido a cultura heteronormativa que, segundo Butler (2003), define como sendo um processo cultural de poder, que possui como função principal produzir modelos heterossexuais a partir do gênero. Sendo assim, o autor relata que:

[...] é crucial manter uma relação não casual e não redutiva entre gênero e sexualidade. Exatamente devido ao fato de a homofobia operar muitas vezes através da atribuição aos homossexuais de um gênero defeituoso, de um gênero falho ou mesmo abjeto, é que se chama os homens gays de “femininos” ou se chama as mulheres lésbicas de “masculinas (BUTLER, 2003, p. 198).

Em relação às masculinidades, há a hegemônica, também conhecida como dominante, e a subalterna, tratada também como marginal. A primeira, segundo Kimmel (1998) trata-se do padrão de masculinidade conhecido e estabelecido, como o homem jovem, heterossexual, branco, casado, com dotes esportivo, com um bom emprego e de educação ímpar. Já sobre o segundo termo, Connel (1997) traz que se trata de qualquer homem que não se encaixa no modelo citado anteriormente. Assim sendo, o autor conclui que o primeiro modelo é reconhecido e tratado como o mais correto e padrão, e essa ideia é reforçada incessantemente por diversas instituições. Assim, seguindo essa ideia, Seffner (2003) afirma que nas relações de gênero, o lado masculino usufrui de maiores privilégios.

Portanto, de acordo com a linha de pensamento da maioria dos autores, podemos entender gênero como uma construção social e cultural, que exclui os fatores biológicos, que está relacionado às expectativas que a sociedade atribui aos homens e às mulheres e seus papéis.

7. PRECONCEITOS NO ESPORTE.

No esporte, o preconceito também está inserido, onde se manifesta de diversas maneiras. O preconceito racial ou racismo no âmbito esportivo, ainda é muito presente. Para Guimarães (2004) a palavra racismo possui muitos significados. Primeiramente, trata-se de uma doutrina que propaga as diferenças entre raças humanas, fazendo com que exista uma hierarquia entre elas a partir de qualidades morais, éticas, físicas, dentre outras. Além disso, o autor ainda declara que racismo pode ser definido como um conjunto de ações e preferências de cunho moral, físico, psicológico ou intelectual, provocada pela ideia de superioridade entre as raças.

Como dito anteriormente, no esporte se encontra diversas atitudes preconceituosas. O futebol, por exemplo, era uma modalidade restrita apenas às pessoas com alto poder econômico, era praticado apenas pela elite, excluindo as outras classes sociais. Assim:

O amadorismo vigorou como concepção de prática esportiva preferida pela aristocracia, herança da classe dos lazes de uma elite inglesa. O futebol era praticado por jogadores originários da elite, ligados às escolas ou às empresas e por alguns atletas operários de determinadas empresas. O racismo predominou por muito tempo, proibindo negros na seleção brasileira e em vários times. O racismo no futebol brasileiro pode ser percebido se tomarmos o exemplo da seleção brasileira de 1919, formada apenas por jogadores brancos, pois o então presidente Epiácio Pessoa proibia a convocação de jogadores negros (CALDAS, 1990, p. 102 apud RODRIGUES, 2004).

Antigamente, os negros passavam pó de arroz no corpo para jogarem futebol, pois assim enganavam as pessoas em relação à sua cor natural, pois somente os brancos poderiam jogar essa modalidade. Um fato que ficou marcado, foi o jogador Carlos Alberto Fonseca, que no dia 13 de maio de 1914, pelo Fluminense, entrou em campo em uma partida contra o América utilizando pó de arroz no rosto, como fazia de costume e foi recebido pela torcida rival com os gritos de “pó de arroz”. Assim como relatado abaixo por Lopes (1994, p. 70):

No Fluminense (“grande” clube de “boa família”), Carlos Alberto ficou preocupado com sua aparência: antes de entrar em campo e cumprimentar o belo público das tribunas, esse momento de maior exposição para alguém que como ele interiorizou o seu mal-estar social, ele passa então a se maquiar com pó-de-arroz para se embranquecer. Num jogo contra seu antigo clube, ele entra em campo e os torcedores do América, ao

perceberem-no dos lugares mais baratos do estádio, começam a gritar: “Pó-de-arroz!”, “Pó-de-arroz!”.

Rodrigues (2004) relata que, devido ao racismo existente no futebol, era necessário que os negros tivessem extremo cuidado em desviar e não tocar nos jogadores brancos, pois isso era motivo de brigas e agressões. Essa afirmação vai de encontro com a citação a seguir, exposta em um cenário com o racismo fortemente acentuado, pouco tempo depois da abolição da escravidão negra no país:

Eles (os negros) tinham que jogar um futebol mais limpo, decente e tinham que respeitar os brancos. Quando o negro chutava o branco, o escândalo era certo [...]. Mesmo os outros negros – aqueles nas arquibancadas – que torciam para o clube maior (dos brancos) gritavam um ofensivo “negro sujo”. Por isso, muitos negros no futebol se transformaram em damas. Quando tinham que tirar a bola de um branco, faziam-no com visível delicadeza. Ou simplesmente deixavam que o branco passasse (FILHO, 1947, p. 27).

Atualmente, ainda são vistos episódios de racismos contra os jogadores negros, como o caso de um torcedor arremessar uma banana dentro de campo, pois são chamados de “macacos”. Foi o que aconteceu com o jogador Daniel Alves, lateral do Barcelona, que recebeu ofensas da torcida adversária, que arremessaram bananas dentro do campo (VEJA, 2014).

Também acontece a discriminação desses jogadores no esporte mundial, muitos jogadores brasileiros são discriminados por causa da miscigenação. O jogador Daniel Alves, citado no episódio acima, disse que sofre com provocações racistas de forma recorrente, dizendo que está há onze anos na Espanha e sempre é a mesma situação (VEJA, 2014). Segundo uma pesquisa realizada pela organização Kick it Out, que tem como objetivo combater a discriminação no futebol, concluiu que o jogador Mario Balotelli, atacante do Liverpool, é o maior alvo de racismo no futebol inglês, seguido pelo atacante do Arsenal, Danny Welbeck. O terceiro lugar da pesquisa, foi Daniel Sturridge, sendo que a maioria das ofensas estavam relacionadas a sua orientação sexual (REVISTA FORUM, 2015). Há também a discriminação social principalmente em times com grandes torcedores, como Corinthians, que engloba torcedores com todos os tipos de condição, desde os ricos até os pobres, que geralmente são chamados de favelados.

Há preconceito no esporte paralímpico, que compreende a competição de atletas deficientes, em diversas modalidades. Na visão de alguns autores, esse fato

é fundamentado a partir do paradigma médico de deficiência e intensifica o rótulo de dependência e ineficiência, aumentando a dissipação da discriminação, exclusão e preconceito aos deficientes (PEREIRA; MONTEIRO; PEREIRA, 2011; FIGUEIREDO; NOVAIS, 2011; SILVA; HOWE, 2012).

8. DIFERENÇA DE GÊNERO NO ESPORTE

Outro tipo de preconceito relevante a ser citado no esporte é a diferença de gênero, já que o âmbito esportivo é marcado por grandes distinções entre modalidades que devem ser predominantemente praticadas por homens e por mulheres, como por exemplo o futebol somente para homens e a ginástica somente para mulheres. Isso acaba sendo um equívoco, visto que a ginástica exige muita força, explosão e agilidade, qualidades muitas vezes atribuídas a homens pelo imaginário popular.

Já no futebol ocorre justamente o oposto do anterior, pois algumas das características que são valorizadas socialmente, especialmente em mulheres, estão presentes nessa modalidade predominantemente masculina. Nessa modalidade é necessário ter “ginga” e ser “solto” para realizar os dribles e jogadas, além de exigir flexibilidade dos jogadores para evitar futuras lesões. O jogador de futebol é diferenciado por ter: “jogo de cintura, por dobrar sem quebrar, dissimular, improvisar, e sair com elegância de situações em princípio adversas, geralmente movendo o corpo e criando um jogo esteticamente valorizado” (VAZ, 2002, p. 148). Daolio (1997) diz que essa adoração dos brasileiros pelo futebol se dá porque se usa os pés, como o samba, capoeira e outras danças indígenas. Para o autor, o movimento de drible demonstra esperteza, malandragem, ginga, formando assim, o conhecido “jeitinho brasileiro”.

Goellner (2001) traz que o Gênero na Educação Física ainda está em fase de construção, visto que ainda há equívocos em seus aspectos epistemológica, nos conceitos e na política. Autores como Luz Júnior (2003) e Devidé (2005) trazem esses equívocos, afim de maior entendimento sobre o assunto, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1. Equívocos recorrentes nos Estudos de Gênero na EF brasileira.

Equívoco	Descrição
<i>Uso dos termos “gênero” e “sexo”.</i>	O termo “gênero” tem sido utilizado como sinônimo do termo “sexo” dos sujeitos estudados. O uso equivocado é identificado, sobretudo, em estudos baseados nas Ciências Biológicas ⁶ , que apresentam diferenças entre homens e mulheres, sem considerar as questões de gênero.
<i>Uso dos termos “identidade de gênero” (IG) e “identidade sexual” (IS).</i>	Esses conceitos têm sido apresentados como sinônimos, contribuindo para a gênese de preconceitos, como por exemplo, a noção de que a mulher esportista, ao se inserir em uma modalidade associada à IG masculina – Futebol - assumisse uma IS homossexual, como se houvesse linearidade e causa e efeito entre IG e IS, estabelecendo uma ordem compulsória entre sexo biológico, IG e IS (BUTLER, 2003).
<i>Redução dos estudos de gênero aos estereótipos e papéis sexuais</i>	O gênero deve ser interpretado como constituinte da identidade dos sujeitos, transcendendo papéis que homens e mulheres desempenham na sociedade, pois isso pressupõe uma rigidez nos comportamentos adequados aos sexos, desconsiderando as múltiplas formas de se construir as masculinidades, feminilidades e a hierarquia social de gênero (GOELLNER, 2005).
<i>Confusão entre “estudo sobre mulheres” e “estudos de gênero”</i>	Estudos sobre mulheres têm utilizado o termo gênero, sem utilizarem a teoria de gênero como referencial para análise dos dados, contribuindo para reforçar a representação de que estudar gênero é estudar mulheres, contribuindo para a escassez de pesquisas que investiguem as questões relacionadas aos homens na EF, Desporto e Lazer (LUZ JÚNIOR, 2003).

Fonte: DEVIDE (2011, p. 96)

8.1 Mulheres e o preconceito no esporte.

Na primeira metade do século XX, período marcado pelas lutas e conquistas no âmbito político e social, tivemos a aproximação da mulher no esporte de competição e então, uma ocupação dessa área nas décadas de 50 e 60.

Os autores Kennard e Carter (1994) relatam que, desde a antiguidade até no mundo moderno atual, a mulher tem sido estudada e descrita através de uma visão masculina, visão essa de quem se encontra no poder. Com isso, cria-se a interpretação tendenciosa e essa prática se estende no âmbito esportivo, local onde eram consideradas invasoras de um espaço exclusivamente masculino.

A participação masculina no esporte começou a ser considerada como algo natural, visto que os homens possuíam habilidades necessárias para as competições, enquanto a participação das mulheres era vista como algo anormal, trazendo como argumento a delicadeza e a constituição física menos favorecida, criando uma visão de ser uma situação imprópria e indecente para as mulheres.

Rubio e Simões (1999) trazem que nos Jogos Olímpicos de 1896, na Grécia, a participação das mulheres se deu apenas como espectadoras. Já nos Jogos de 1912, em Estocolmo, houve a participação feminina nas provas de natação. Porém,

em 1928, com a participação em cinco modalidades esportivas, houve uma “confirmação” dos argumentos daqueles que acreditavam que as mulheres eram incapazes, pois na prova de 800m algumas atletas ficaram debilitadas nas pistas.

Entretanto, isso não foi o suficiente para desanimar, porque em Los Angeles, em 1932 e Berlim, em 1936, obteve um aumento considerável de mulheres nas modalidades, totalizando 10% dos atletas. Esses números, desde então, vêm sofrendo alterações tanto na quantidade de atletas, quanto de modalidades praticadas.

O conselho Nacional de Desportos (CND) de 1965, orientou algumas entidades esportivas sobre a participação das mulheres em determinadas modalidades, onde foi estabelecido que: “não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e beisebol” (TAFARREL E FRANÇA, 1994, p. 239).

Uma nova configuração que vem crescendo no âmbito esportivo é o aumento crescente das mulheres em práticas esportivas que exigem elevado grau de agressividade. Esta participação, até o século XX, era julgada por pessoas que eram contrárias à prática das mulheres em esportes de confronto. A explicação era dada desde motivos fisiológicos, quanto estéticos. (GOELLNER, 2003; LOVISOLO; SOARES. BARTHOLO, 2006). Embora o aumento das mulheres participando de esportes agressivos seja aceito socialmente, há, ainda, algumas modalidades que acabam retrocedendo.

Com isso, esportes com elevado grau de agressividade eram rotulados como esporte masculinos e as mulheres que optavam pela prática dessas modalidades eram julgadas quanto sua orientação sexual.

Dunning e Maguire (1997, p.) afirmam que no decorrer da história, o futebol se constituiu como um espaço designadamente masculino, visto que é possível expor sua força e hombridade, firmando sua masculinidade. Foi construído então uma imagem de: “herói, do competidor, do conquistador”, sendo que esta assegurou por muito tempo a função de suporte da família. Esta é a imagem que é engrandecida na mídia, na literatura e na arte. Antigamente, o heroísmo aparecia nas florestas, na luta em busca de alimento e sobrevivência. Contudo, os autores afirmam que são poucas as chances que os homens têm de provar seu heroísmo, baseando-se apenas nos momentos de passamento e no esporte. Assim:

O esporte tende a representar uma importante fonte de experiência da validação da masculinidade a ser percebida como uma barreira contra a feminização e a emasculação (DUNNING; MAGUIRE, 1997, p. 339).

Porém, com a concussão entre esse modelo másculo e viril, devido ao controle das emoções, dos sentimentos, da violência, da criação de um processo que faz com que o organismo busque uma meta suprindo seu estado de tensão, há a oportunidade do ingresso feminino, mesmo em menor escala, no âmbito esportivo. Contudo, para Dunning e Maguire (1997, p.), isso não faz dos esportes menos masculinos, mas sim esportes com: “masculinidade agressiva e a subordinação das mulheres”. A partir dessas ideias citadas acima, as mulheres já foram consideradas como pessoas que se apoderaram e desrespeitaram um espaço que era exclusivamente masculino (RUBIO; SIMÕES, 1990).

No futebol brasileiro, há vários argumentos que explicam a pouca visibilidade dada às atletas femininas. Goellner (2005) traz dois que são facilmente encontrados: a masculinização da mulher decorrente do futebol e a relação imperativa de mulher, feminilidade e beleza. Esses argumentos entrelaçados reforçam algumas ideias que privam a participação das mulheres em determinadas modalidades esportivas, como as lutas e o futebol.

Havia a ideia de que o suor, a rivalidade existente, os músculos torneados, os gestos realizados pelo corpo e outros fatores não iriam de encontro com a imagem ideal de mulher, além de invadir um espaço social e culturalmente estabelecido como domínio masculino, tendo como justificativa a biologia do seu corpo e sexo, afirmando a superioridade em relação às mulheres.

Como justificativa para excluirmos as mulheres desse espaço, sua competência para realizar tal tarefa é colocada em dúvida, além disso ocorre o julgamento das mesmas como pessoas frágeis fisicamente e incapazes, sendo questionada assim a feminilidade. Porém, apesar de todas as adversidades, preconceitos, barreiras e impedimentos, cada vez mais conseguimos encontrar mulheres que saem da imagem apenas de espectadoras para pessoas ativamente presentes nos eventos esportivos, seja promovendo, participando, jogando ou até mesmo na arbitragem.

8.2 Homens e o preconceito no esporte.

O preconceito erroneamente criado pela sociedade em que estamos inseridos e alguns traços culturais fazem com que tenhamos tendência a cometer esses equívocos e julgarmos aquilo que foge do tradicional, classificando as diversas modalidades e quem deve praticá-las. São essas normas culturais e sociais de gênero, bem como normas de sexualidade, que impõe aos homens comportamentos, modos e atitudes ideais a serem seguidas. Na nossa cultura, existe um modelo ideal e homogêneo de masculinidade, sendo que a dança vai de encontro com a concepção do que é ser viril.

A masculinidade hegemônica citada anteriormente refere-se a um modelo cultural imposto a sociedade, onde é classificado como o modelo ideal e verdadeiro de “ser homem” e que deve ser seguido. (CONNEL, 1997; KIMMEL, 1998; SEFFNER, 2003).

Ainda sobre os fatores que acabam realçando esses modelos ideais, Dunning e Maguire (1997) citam que a mídia, a escola e até mesmo os pais impunham a prática esportiva, criando uma grande pressão a favor do esporte, visto que muitos pais serviam como exemplos, fazendo com que muitos homens fossem obrigados a optar pelo esporte. Assim, o autor afirma que os homens que escolhiam a vida “anti-esportista”, eram taxados pela sociedade de “afeminados” ou até de “homossexuais”, bem como “lésbicas” às mulheres praticantes.

Além disso, os homens que optam por esportes considerados femininos, como a dança e as ginásticas, também são julgados com tais nomes. Isso se deve, talvez, pela exigência de expressão, sensibilidade, flexibilidade, delicadeza, bem como as roupas típicas do balé que são coladas ao corpo.

O homem que dança ou pratica outra modalidade que foge dos modelos culturais impostos acaba não sendo considerado como um verdadeiro homem, sendo comumente associado à homossexualidade. Nessa visão, Weeks (2000, p. 67) diz que: “aqueles que rompessem com as expectativas sociais do que era considerado ser um homem eram categorizados como não sendo homens de verdade”.

Porém, isso nem sempre se deu desta maneira. Antigamente, há cerca de 500 anos atrás, com o começo da prática do balé, apenas os homens dançavam, interpretando tanto os papéis femininos como masculinos. Mendes (1985 apud

LARA, 1998) explicam que essa mudança em relação a presença do bailarino se deve ao Romantismo, que enobreciam a figura feminina, visto que conferiam um caráter feminino à dança a partir da suavidade e leveza do uso da sapatilha de ponta.

Isso também se faz presente na Ginástica Artística. Por mais que a modalidade exija dos ginastas extrema força física em movimentos complexos que as ginastas às vezes não conseguem executar, a imagem das mulheres é a que prevalece na ginástica, por estar associada à dança. Segundo Cecchetto (2004), essas atividades que envolvem grandes façanhas musculares são consideradas másculas e trazem consigo desafios que provam a virilidade do praticante. Sendo assim, Connel (1997) define masculinidade como algo relacionado a força física, coragem e tomada de decisão. Além disso, o autor também considera os elementos acrobáticos como prova de virilidade, visto que há um grande grau de dificuldade, além de expor o atleta em risco, e exige intenso trabalho muscular e de força explosiva para sua realização.

Por isso, tanto a ginástica artística quanto o circo, por exemplo, são consideradas modalidades mais “aceitáveis” de acordo com a concepção da sociedade devido a presença de elementos acrobáticos que, como citado acima, traz consigo elevado grau de risco, fazendo com que o praticante demonstre coragem. Seffner (2003) diz que a força e decisão, oriundas da coragem, é caracterizada como particularidades masculinas.

Nos dias atuais, é habitual encontrar homens bailarinos nas escolas de dança, contudo é um tema que ainda gera muitas discussões e críticas. Isso se deve desde muito cedo na vida de um indivíduo, visto que é ouvido com frequência frases como “homem não chora”, “homens não dançam”, “homens não podem usar rosa”, dentre outras. Como Giuseppe e Romero (2004) relatam, essa distinção é presente nas atitudes do dia-a-dia, como futebol apenas para homens e bonecas e saias apenas para as meninas. Os autores ainda mostram frases obtidas a partir de um estudo que relatam preconceito em relação aos homens que dançam, como: “quando o homem pratica a dança fica afeminado, com jeito de garotinha” (GIUSEPPE; ROMERO, 2004, p. 145)

O balé ou a dança clássica sempre foi relacionado a uma imagem de leveza e delicadeza nos movimentos, com predominância da representação de feminilidade, que é associado a graça e suavidade do gesto. Por esses motivos, Hanna (1999)

relatou que o homem que dançava balé era associado a ideia de homossexualidade e afeminação. Pelo balé estar relacionado a feminilidade, Souza (2007) concluiu que a dança é vista como algo exclusivamente feminina na nossa cultura, aumentando, assim, a ideia errônea dos homens praticantes em relação a sua sexualidade.

Porém, nem só de movimentos leves e graciosos é feito o balé. Os movimentos são destinados conforme o gênero, onde os homens possuem uma postura mais firme, onde executa movimentos de sustentação e condução da mulher, enaltecendo a imagem cultural do homem, como a virilidade, força e dominação. Já as mulheres possuem a postura mais delicada.

Kisselgoff (1986 apud HANNA 1999) relata que depois da Revolução Francesa, a dança começou a ser vista como uma atividade masculina, onde os próprios homens se transvestiam e se colocavam em papel de mulher, visto que as mesmas não podiam aparecer em personagens públicos. Contudo, segundo Hanna (1999) houve um declínio da imagem masculina do Ballet Clássico devido ao rompimento da relação entre os nobres e bailarinos, fazendo com que os homens parassem de praticar. Com isso, houve um destaque das mulheres na dança.

De acordo com Santos (2009), homens que optam por um estilo de dança diferente das danças tradicionalmente masculinas, acabam sendo questionados sobre sua masculinidade. O mesmo autor traz que danças como o Hip Hop traz consigo a masculinidade devido a movimentos com técnicas de difícil execução, bem como roupas e atitudes que remetem a um homem viril. Não só o Hip Hop, Sousa (1994) traz que as danças folclóricas também realçam a imagem de um homem forte e viril a partir de seus gestos, bem como as danças de salão. (ALVES, 2004).

Estudos afirmam que a maioria dos homens iniciam muito tarde na dança e isso é fortemente atrelado aos obstáculos que a família e os amigos próximos impõe. É constatado que a figura paterna é uma das principais preocupações dos homens que dançam, pois a maioria não aceita a prática, não estimulam os filhos e ainda tentam veta-la. Andreoli (2010, p.86) ressalta esse conflito:

O obstáculo familiar aparece frequentemente atrelado a essa associação entre a dança e a homossexualidade, num sentido negativo, ou seja, dentro de um registro simbólico de heteronormatividade e homofobia.

Vale ressaltar que existem outros meios de atuação das representações culturais, como os meios midiáticos, a educação (âmbito escolar), fatores relacionados à economia, as ciências, aspectos religiosos, bem como os esportes propriamente citados no decorrer do trabalho.

Kunz (2003) declara que as relações entre homens e mulheres estão sendo bastante exploradas na dança, bem como em outras atividades artísticas, afim de esconder a identidade sexual dos indivíduos, caracterizando-os não como masculino e feminino, mas sim como um corpo qualquer.

Os autores Giuseppe e Romero (2004, p. 145), por meio de um estudo realizado a partir de entrevistas, constataram a existência de inúmeros comentários preconceituosos em relação aos homens que praticam a dança, como: “quando o homem pratica a dança fica afeminado, com jeito de garotinha”. Porém, por mais que encontra-se o preconceito em relação aos homens, sua figura é de extrema importância na dança (ACHCAR, 1998). É possível citar o exemplo do Pas de Deux, que é um trecho do ballet dançando por um bailarino e uma bailarina, retratando a sexualidade heterossexual no qual o homem conquista sua mulher. Segundo Hanna (1999), o toque entre os parceiros, normalmente, é a primeira forma de comunicação entre os humanos.

Santos (2009) relata que ao escolher outro estilo de dança, diferente daqueles que são tradicionalmente masculinos, acabam colocando a masculinidade nata em questionamento. Este mesmo estudo aponta que uma das principais preocupações dos bailarinos é a presença da figura paterna, visto que muitos não aceitam e tentam vetar a prática da modalidade. Outro autor que concorda com a oposição paterna é Andreoli (2010, p.86), que diz:

O obstáculo familiar aparece frequentemente atrelado a essa associação entre a dança e homossexualidade, num sentido negativo, ou seja, dentro de um registro simbólico de heteronormatividade e homofobia.

Dentro de uma concepção integral, a dança e o gênero são associados de diversas formas, que nem sempre são mutuamente excludentes.

Associar a masculinidade e os esportes acaba remetendo a um fator de grande significância da construção cultural de masculinidade. Como Louro (2001) relata, as atividades esportivas são fatores que cultuam o corpo, se tornando

práticas masculinas no âmbito cultural, possibilitando que um indivíduo se torne um homem bem-sucedido. Além disso, o autor considera as atividades esportivas como “[...] obrigatórias para os meninos, já que precisam ser, pelo menos, “[...] muito bons [...] “nem alguma área, quando não os melhores em todas” (LOURO, 2001, p. 23)

Essas ideias reforçam a teoria defendida por autores como Hanna (1999) e Souza (2007) de que a ligação entre homens bailarinos e homossexualidade é muito mais presente no bale do que em qualquer outro tipo de dança.

9. DIFERENÇA DE GÊNERO NO ÂMBITO ESCOLAR.

Há um discurso que trata das características naturais de cada sexo que diz, segundo Vaitsman (1994, p. 76): “as mulheres como fisicamente frágeis e, por isso, naturalmente delicadas, submissas e afetivas e os homens fortes, e, portanto, dominantes vigorosos e intelectuais”.

Esta ideia traz que os meninos são capazes de reproduzir movimentos fortes, eficientes e de grande virilidade, enquanto as meninas apenas os gestos leves, delicados e belos. Essas atividades com menor esforço físico e atrelado à estética, cria um aspecto de delicadeza e fragilidade. A composição corpórea, as qualidades físicas e outras diferenças que existem entre os sexos acaba estabelecendo alguns comportamentos como sendo o mais indicado para cada sexo. Essa visão diferenciada com tratamento distinto está presente desde o nascimento, onde meninos e meninas devem agir de forma apropriada e aprovada socialmente de acordo com o seu sexo.

A questão do gênero nas aulas de Educação Física é relacionada com outros fatores que acabam por excluir meninos e meninas na escola, segundo Altmann (1998), que traz como exemplo desses fatores a idade, a força e a habilidade. O critério de exclusão não se dá apenas pelo fato de serem mulheres, mas sim pela visão de serem mais frágeis e menos habilidosas do que os outros alunos. Porém, essa exclusão não se dá exclusivamente para as meninas, mas os meninos mais novos e considerados mais fracos e menos habilidosos também são excluídos das atividades e grupos, tanto nas aulas quanto nos recreios.

Kunz (1993) alerta que a educação física escolar é um âmbito que enfatiza as diferenças entre homens e mulheres. Corroborando com essa visão, Cruz e Palmeira (2009) dizem que a educação física acaba consolidando a visão deturpada da superioridade masculina, com argumento de que os meninos apresentam maiores habilidades e força nas atividades. Porém, isso se dá ao fato da maior vivência, acarretando em um maior repertório motor.

Com isso, como forma de intervenção dessa realidade, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física afirmam a extrema importância da existência de aulas mistas, favorecendo o respeito as diferenças entre meninos e meninas, evitando, assim, a reprodução de visões errôneas e exclusões (BRASIL, 1998).

Trazendo para o âmbito educacional, é fácil observar atitudes e valores oriundos de modelos históricos que distinguem homens e mulheres, acarretando a desigualdade. Esta desigualdade, segundo Vianna e Ridenti (1998) está relacionada a ideia de diferenças físicas.

O preconceito de gênero na escola está presente e afeta seus alunos, visto que acaba reproduzindo ações onde um sexo possui privilégios em relação ao outro. O desempenho motor de meninos e meninas acabam se diferenciando pelas brincadeiras executadas por meninas, que acabam conduzindo à passividade, ao mesmo tempo que os meninos acabam preferindo brincadeiras mais ativas e fortes.

Como consequência, um sexo acaba se tornando mais preparado do que o outro e isso não se deve por fatores biológicos, mas sim, porque o movimento é construído de forma diferente entre os sexos (MELLO, 2001). Sendo assim:

Jogos e competições apontam para a construção de corpos masculinos mais fortes e ágeis, para uma "agressividade sadia" que pode - geralmente para eles - se manifestar em corridas e lutas de brinquedo. Nessas atividades, estimula-se um tipo de camaradagem considerada "tipicamente" masculina, na qual está presente, freqüentemente, a lealdade, mas onde não se supõe intimidade, confidências, demonstração explícita de sentimentos (LOURO, 1995, p. 177).

Os estereótipos ligados a corporeidade estão presente e são reproduzidos na escola, onde muitos separam atividades de acordo com o sexo, ou seja, meninas brincam de vôlei e de corda e os meninos de futebol. As identidades são socialmente construídas, sendo imposto as atitudes corretas e tudo o que foge do padrão é tratado como anormal.

Souza Jr. (1991) traz a exclusão da escola como um local possível para a prática do futebol feminino, visto que há um grande número de pessoas olhando, inclusive do sexo masculino, promovendo intimidação das garotas ao realizarem as atividades consideradas masculinas. Complementando esta ideia, Altman (1998) ressalta que as meninas conseguem agir de forma não condizente com o padrão de feminilidade na escola na ausência da presença masculina de forma mais frequente, ou seja, se sentem mais desinibidas.

Além disso, a sociabilização das crianças acontece na escola e a divisão de amizades se dá, principalmente, pelo gênero, havendo mínima interação entre meninos e meninas. Podemos encontrar esse exemplo nas aulas de Educação Física, visto que em muitos lugares os meninos realizam atividades diferentes das

meninas, sendo que os meninos são sempre relacionados ao futebol. (GIUSEPPE; ROMERO, 2004).

Esses autores relatam que a estranheza ao realizar atividades classificadas como femininas se inicia desde cedo, onde as crianças exemplificam que a dança é uma atividade feminina e por isso homens não podem praticar. Portanto, cabe ao professor extinguir essa imagem errônea imposta desde cedo e propor atividades de dança para que ambos os gêneros possam praticar, fazendo com que essas crianças se tornem cidadãos mais conscientes e menos preconceituosos, afim de contribuir para que essa concepção de que homens não podem dançar se rompa.

Wenetz e Sttiger (2006) afirmam que a diferenciação dos gêneros não ocorre apenas na educação formal, mas também em espaços formativos, pois no recreio escolar também existem atividades que acabam reafirmando a imagem de atividades exclusivamente femininas e masculinas.

Oliveira (2010) acredita que essa ideia se deve ao fato da pouca oportunidade que os estudantes têm para discutirem sobre temas relacionados a gênero e sexualidade dentro da escola.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos resultados obtidos neste trabalho, é nítido a ocorrência de atitudes preconceituosas em vários contextos, inclusive no âmbito esportivo.

Além disso, também identificamos uma divergência de opiniões nas definições e concepções de gênero, visto que alguns autores as entendem como relações sociais naturais e únicas, como o simples fato de ser homem e ser mulher, enquanto outros enxergam um afastamento dessas relações naturais a partir de poder e cultura, tratando como uma construção e não apenas um fator biológico.

Como o preconceito de gênero se faz presente no contexto esportivo, notamos que essa situação é proporcionada por traços culturais, sociais e históricos, os quais apresentam a figura da mulher como frágil, delicada e que possui como função a reprodução. Já os homens, são tidos como fortes, viris, dotados de habilidades e que possuem o esporte um âmbito de exclusividade masculina.

Espera-se que os homens sejam fisicamente fortes e mulheres sejam mais delicadas e frágeis em relação a eles. Portanto, ambos os lados que fugirem do padrão estabelecido e esperado pela sociedade, tendem a ser julgados e categorizados como desviantes. Então, homens que possuem determinada fragilidade e delicadeza em suas ações é tido como feminino e, até mesmo, homossexual, enquanto as mulheres que possuem força física e habilidades são categorizadas como masculinizadas.

Outro fato constatado é que a diferença de gênero também é evidente no âmbito escolar, visto que esse ambiente favorece os agrupamentos por sexo, decorrente de atitudes, ações e atividades que acabam incluindo esse pensamento de separação nas crianças.

Também notamos que essa visão de habilidade e esporte serem fatores de propriedade masculina, deve ser modificada pela escola por meio do incentivo à prática esportiva com a presença de ambos os sexos, estimulando meninos e meninas de forma igual, para que a desigualdade de desempenho não seja tão discrepante.

Como estratégia de intervenção, sugere-se que os educadores atentem-se a atitudes e discursos existentes que acabam proliferando a diferença de gêneros e promover um ambiente de integração entre meninos e meninas.

11. REFERÊNCIAS

- ACHCAR, D. **Balé uma arte**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- ALVES, A. M. **A Dama e o Cavalheiro**: um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALLPORT, G. **The nature of prejudice**. Boston: The Beacon Press, 1954.
- ANDREOLI, G. S. **Representações de masculinidades na dança contemporânea**. 2010. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre. 2010.
- ALTMANN, H. **Rompendo fronteiras de gênero**: Marias (e) homens na educação física. Dissertação de mestrado em educação. Belo Horizonte, UFMG, 1998.
- BARBANTI, V. J. **Dicionário de Educação Física e do esporte**. São Paulo: Manole, 1994. 306p.
- BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 7ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BENEVENTO, C. T; SANTANA, V. C. O conceito de gênero e suas representações sociais. **Revista Digital Bueno Aires**, v.17, n.176, 2013.
- BORGES, V.; PREDES, R. **Serviço social**: Temas em debate. Maceió: Editora Edufal, 2002.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: femininos e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CECCHETTO, F. M. **Violência e Estilos de Masculinidade**: violência, cultura e poder. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CHAUÍ, M. **Classe média**: como desatar esse nó? [palestra]. Fórum de Direitos e Cidadania da Presidência da República, 15 set. 2011.
- CONNEL, R. W. Como teorizar o patriarcado. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2. Porto Alegre, jul./dez., p. 85-93. Número Especial Mulher e Educação. 1990.
- CONNEL, R. W. La Organización Social de La Masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLIVARRÍA, J.; **Masculinidades**: Poder y Crisis. Santiago: Ediciones de las Mujeres, 1997, p. 31-48
- CONNEL, R. W. On hegemonic masculinity and violence: response to Jefferson and Hall. **Theoretical Criminology**, v.6, n.1, p. 89-99, 2002.

CROCHÍK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 3ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CRUZ, M. M. S.; PALMEIRA, F. Construção de identidade de gênero na educação física escolar. **Motriz**, v. 15 n.1, p. 116-131. 2009

DAOLIO, J. **Cultura: educação física e futebol**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 135 p.

DEAUX, K.; LAFRANCE, M. **The Handbook of social psychology**. 4 ed. New York: Magraw-Hill, 1998.

DEVIDE, F. P. **Gênero e Mulheres no Esporte: Histórias das Mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos**. Ijuí: Unijuí, 2005.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS 3. Versão monousuário 3.0. Junho de 2009. Instituto Antônio Houaiss. Produzido e distribuído por Editora Objetiva LTDA. Programa, 2009.

DUNNING, E.; MAGUIRE, J. As relações entre os sexos no esporte. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2., p. 321–348. 1997.

FAGGIONATO, M.; GUELFY, D; MOLINA, V. L. I. **Caderno de Pesquisa em Serviço Social**. São Paulo: Editora Biblioteca 24 Horas, 2009.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa**. 3.ed. Rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128p.

FIGUEIREDO, T. H.; NOVAIS, R. A. Atletas com deficiências na mídia: a cobertura noticiosa dos jogos Paraolímpicos de Atlanta a Pequim nas impressas portuguesa e brasileira. In: **Anais eletrônicos...**, São Paulo: USP, 2011.

FILHO, M. R. **O negro no foot-ball brasileiro**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1947.

GAERTNER, S. L.; DOVIDIO, J. F. Aversive racism and intergroup biases. In: GAERTNER, S. L.; DOVIDIO, J. F. (EDS.), **Reducing intergroup bias: The common ingroup identity model**. Hove: Psychology Press. 2000.

GAERTNER, S. L.; DOVIDIO, J. F. The aversive form of racism. In: DOVIDIO, J. F.; GAERTNER, S. L. (Eds.). **Prejudice, discrimination, and racism**. Orlando: Academic Press, 1986. p. 61-89.

GIUSEPPE, E.; ROMERO, E. "... Para ser macho não pode negar fogo, tem que ser viril. Então não tem nada a ver com dança...". **Revista da Faced**. n. 8, 2004. p.139-154.

GOELLNER, S. V. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Física**. Íjuí: Unijuí, 2003.

GOELLNER, S. V. Gênero, Educação Física e esportes. In: VOTRE, S. B. (org.). **Imaginário e representações sociais em Educação Física, esporte e lazer**. Rio de Janeiro: UGF, 2001. p. 215-227

GOELLNER, S. V. **Bela, maternal e feminina**: imagens da mulher na Revista Educação Física. Íjuí: Unijuí, 2003.

GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 8, n. 1, 2005. p. 85-100.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito e discriminação**. São Paulo: Editora 34, 2004.

HANNA, J. L. **Dança Sexo e Gênero**: Signos de Identidade, Dominação, Desafio e Desejo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

HUDSON, W. W.; RICKETTS, W. A. A strategy for the measurement of homophobia. **Journal of Homosexuality**, v. 5, n. 3, p. 357-372, 1980.

JAHODA, M.; ACKERMAN, N. W. **Distúrbios emocionais e anti-semitismo**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1969.

KENNARD, J.; CARTER, J. M. In the beginning: the ancient and medieval worlds. In: COSTA, D. M; GUTHRIE, S. R. (ends) **Women and sport**: interdisciplinary perspectives. Champaign: Human Kinetics, 1994. p. x-x

KIMMEL, M. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-17, 1998.

KUNZ, M. C. S. **Dança e Gênero na Escola**: formas de ser e viver mediadas pela Educação Estética. Tese de Doutorado em Motricidade Humana. Portugal, Universidade Técnica de Lisboa, 2003.

KUNZ, M. C. S. **Quando a diferença é mito**: Uma análise da socialização específica para os sexos sob o ponto de vista do esporte e da educação física. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1993.

LARA, L. M. Os corpos pedem passagem. **Revista Digital. EF deportes**. Buenos Aires. Ano 3. n.11 Outubro.1998. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd11/danca1.htm>>. Acesso em: 03 fev. 2006.

LEHNE, G. "Homophobia Among Men", in Deborah Davis; Robert Brannon (orgs.), **The Forty-Nine Percent Majority**: The Male Sex Role. Reading, MA: Addison--Wesley, 66-68. 1976.

LIMA, M. W.O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, Natal, n. 3, p. 401-411, 2004.

LOPES, J. S. L. A vitória do futebol que incorporou a pelada. **Revista USP**, São Paulo, v. 22, p. 64-83, 1994.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: _____ (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J.; MEYER, D.; WALDOW, V. (orgs.) **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1996, p. 12 – 19.

LOURO, G. L. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. In: VEIGA-NETO, A. (org.) **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 83-107.

LOVISOLO, H.; SOARES, A. J.; BARTHOLLO, T. L. “Feministas, mulheres e esporte: questões metodológicas”. **Revista Movimento**: Porto Alegre, v. 12, n. 03, p. 165-191.

LUZ JÚNIOR, A. **Educação Física e gênero: olhares em cena**. São Luís: Imprensa UFMA/CORSUP, 2003.

MCCONAHAY, J. B.; HARDEE, B. B.; BATTS, V. Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. **Journal of Conflict Resolution**, v. 25, n.4, p. 563-579. 1981

MCCONAHAY, J.B. Modern racism and modern discrimination: The effects of race, racial attitudes, and context on simulated hiring decisions. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 24, p. 186-199, 1983.

MCCONAHAY, J.B. Modern racism, ambivalence and the modern racism scale. In: DOVIDIO, J. F.; GAERTNER, S. L. (Eds.). **Prejudice, discrimination and racism**. New York: Academic Press, p. 91-124, 1986.

MEERTENS, R.; PETTIGREW, T.F. Será o racismo subtil mesmo racismo? In: VALA, J. (Org.). **Novos Racismos: Perspectivas Comparadas**. Oeiras: Celta Editora, p. 11-29, 1999.

MELLO, L. M. P. S. **Gênero e suas implicações no desempenho psicomotor e desempenho escolar entre meninos e meninas do 1º ciclo do ensino fundamental**. 2001, 180p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Motricidade Humana) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro

MORIN, S. F. Heterosexual bias in psychological research on lesbianism and male homosexuality. **American Psychologist**, v. 32, p. 117-128. 1997.

NICHOLSON, L. Interpretando o Gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

OLIVEIRA, K. F. **Gênero e sexualidade na educação de jovens e adultos: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em ciências: química da vida e saúde. Porto Alegre. 2010

PEREIRA, O.; MONTEIRO, I; PEREIRA, A. L. A visibilidade da deficiência: – uma revisão sobre as representações sociais das pessoas com deficiência e atletas paraolímpicos nos media impressos. **Sociologia**, Porto Alegre, v.22, n.2, p.119- 217, 2011.

PETTIGREW, T.; MEERTENS, R. Subtle and blatant prejudice in Western Europe. **European Journal of Personality and Social Psychology**, v. 75, p. 811-832. 1995.

PICAZIO, C. **Sexo secreto: Temas polêmicos da sexualidade**. São Paulo: Edições GLS, 1999.

REINAUDO, F; BACELLAR, L. **O mercado GLS: Como obter sucesso com o segmento de maior potencial da atualidade**. São Paulo: Ideia & Ação, 2008.

REVISTA FORUM. **Mario Balotelli é o maior alvo de racismo do futebol inglês**. Disponível em: < <http://www.revistaforum.com.br/2015/04/18/mario-balotelli-e-o-maior-alvo-de-racismo-do-futebol-ingles/>>. Acesso em: 28 de fev. 2016.

RODRIGUES, F. Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador de futebol no Brasil. **Sociologias** [online], n. 11, 2004.

ROTHBART, M.; TAYLOR, M. **Category labels and social reality**: Do we view social categories as natural kinds? In: Semin, G.; Fiedler, k. (Eds.), *Language, interaction and social cognition*, Newbury Park: Sage, 1992. p. 11-36.

RUBIO, K.; SIMÕES, A. C. De espectadoras a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento**, v. 5, n. 11, p. 50-56, 1999.

SANTOS, E. C. **Um jeito masculino de dançar**. 2009. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre. 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995

SEARS, D. O.; HENRY, P. J. The origins of symbolic racism. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 85, n.2, p. 259-275. 2003.

SEFFNER, F. **Derivas da Masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Porto Alegre, 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SILVA, C. F.; HOWE, P. D. The (in)validity of supercrip representation of Paralympic athletes. **Journal of sport and social issues**, Boston, v.36, n.2, p.174-194, 2012.

SMITH, K. “Homophobia: A Tentative Personality Profile”, **Psychological Reports**, v. 29, p. 1091-1094. Weinberg, George (1972), *Society and the Healthy Homosexual*. New York: Oxford UP. 1971.

SOUSA, E. S. **Meninos, à marcha! Meninas, à sombra. A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1994.

SOUZA, A. B. **Cenas do masculino na dança:** representações de gênero e sexualidade: ensinando modos de ser bailarino. 2007. Dissertação (Mestrado) – Ulbra, Canoas, 2007.

SOUZA, J. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA Jr., O. **A implementação de uma proposta de futebol feminino para a Educação Física escolar.** Monografia de Conclusão de Curso de Graduação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

STEWART, A. J.; MCDERMOTT, C. Gender in psychology. **Annual Review of Psychology**, v. 55, p. 519-544, 2004.

STREY, M. Aprendendo a ser inferior: As hierarquias de gênero. In: STREY, M.; LYRA, A.; XIMENES, L.; (org.) **Gênero e Questões Culturais: A Vida de Mulheres e Homens na Cultura.** Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2002. p. 21- 32.

SUÁREZ, M. Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico. In: SILVA, K. (Org.). **Gênero no mundo do trabalho.** São Paulo: Editora Ellus, 2000. p. 16-30.

TAFFAREL, C. N. Z.; FRANÇA, T. A mulher no esporte: o espaço social das práticas esportivas e de produção do conhecimento científico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, n.3, v. 15, 1994

THOMAS, J. R.; NELSON J. K. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física.** Tradução de Ricardo D.S. Petersen. 3 ed. Porto Alegre: Artmed; 2002: 419 p.

VAITSMAN, J. O contexto brasileiro: gênero, casamento e família na modernização brasileira. In: FLEXÍVEIS E plurais: **identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VAZ, A. F. DaMatta: o futebol como drama e mitologia. In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. (orgs). **Esporte: história e sociedade.** Campinas: autores associados, p. 139-164. 2002.

VEJA. **Alvo de racismo na Espanha, Daniel Alves come banana jogada por torcedor.** Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/alvo-de-racismo-na-espanha-daniel-alves-come-banana-jogada-por-torcedor>>. Acesso em: 28 de fev. 2016.

VIANNA, C.; RIDENTI, S. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Diferença e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas.** 2. ed. São Paulo: Summus, 1998. p.93-105

WEEKS, J. O corpo e a Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, Ed. Autentica. 2000. p. 37-82.

WEINBERG, G. **Society and the Healthy Homosexual**. New York: Oxford UP. 1972.

WENETZ, I.; STIGGER, M. P. A construção do gênero no espaço escolar. In: **Revista Movimento**. V. 12, N.1, 2006. P. 59-80

Orientador

Co-orientador

Discente